

DESAFIOS

DO NOVO PRESIDENTE

DA ENERGIA AO DESMATAMENTO

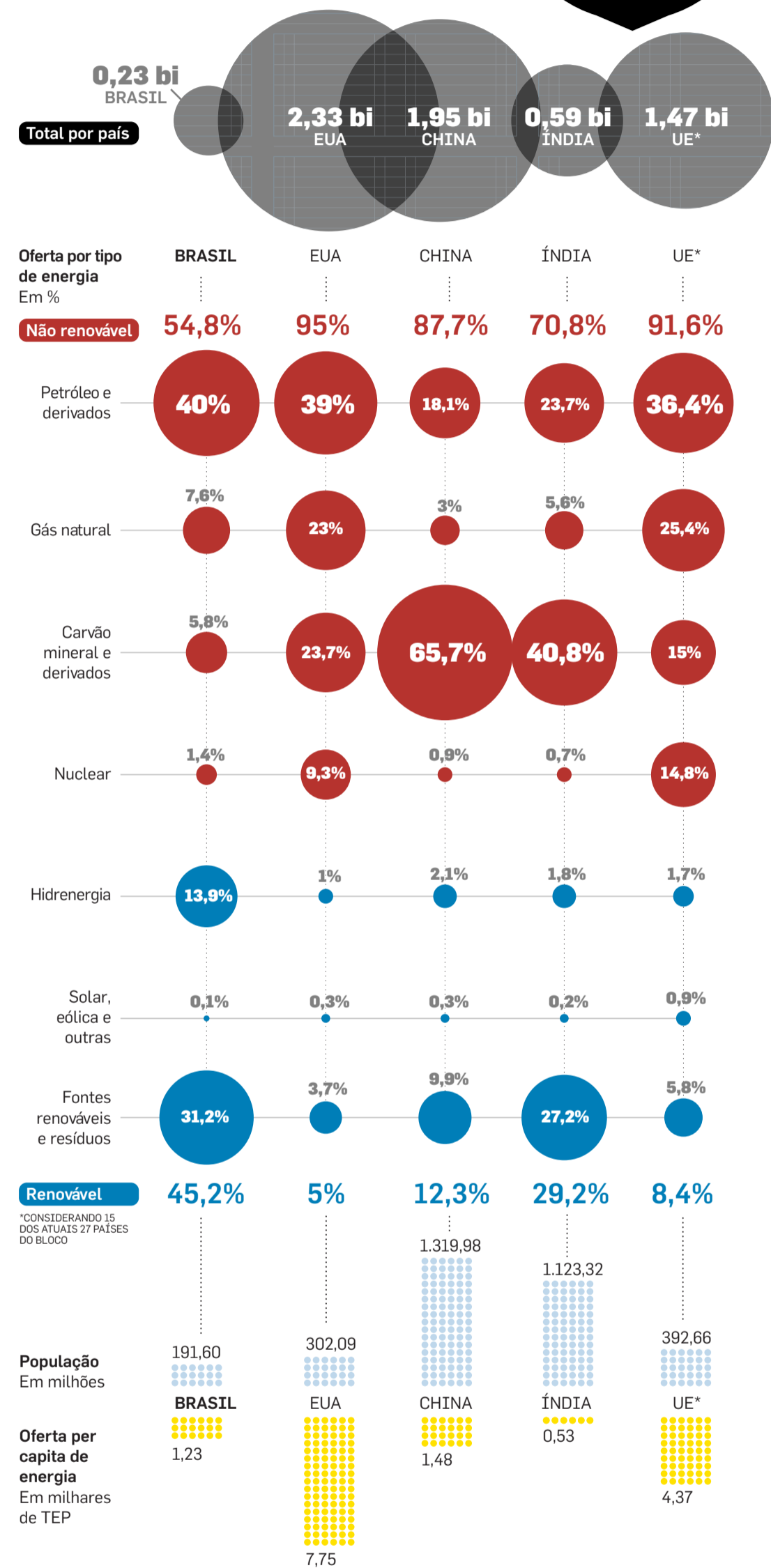
● Conhecer o peso de cada fonte de energia é o primeiro passo para adotar políticas e estabelecer metas do que pode ser cortado para "limpar" energia e reduzir a emissão de gases-estufa

O QUE É TEP?
Medida utilizada para comparar o poder calorífico de diferentes formas de energia com o petróleo

1 ton = 1 = 11.630
petróleo TEP Kwh
padrão

OFERTA INTERNA DE ENERGIA

Em TEP, dados de 2007



O VALOR ESTRATÉGICO DA OPÇÃO VERDE

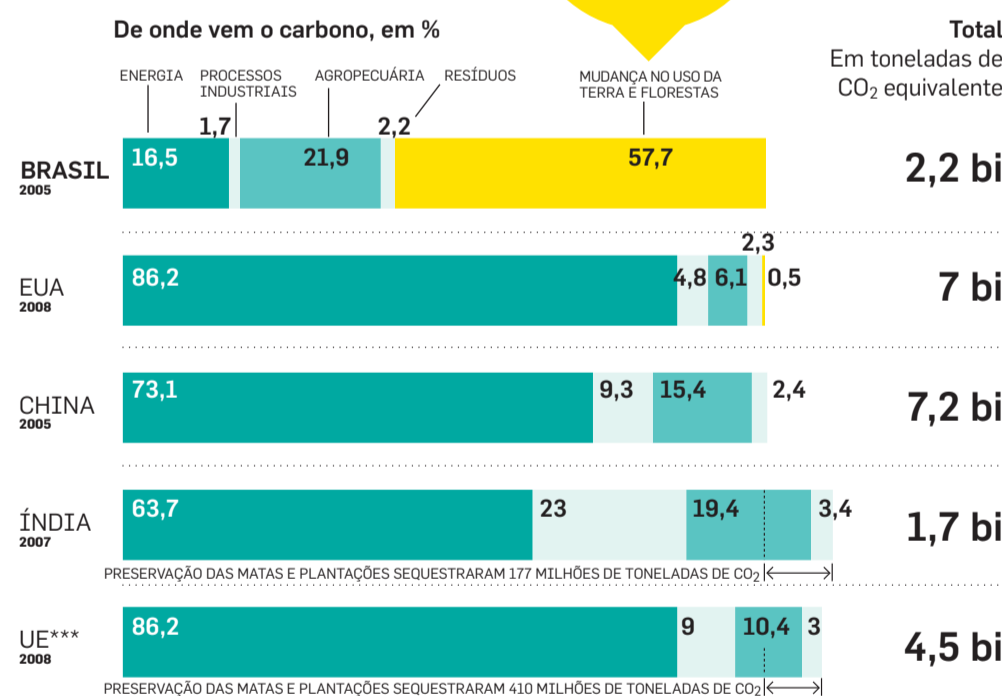
Ambiente deveria estar no centro da estratégia do País, diz ex-ministro Ricupero: 'É a única área onde somos potência'

Patrícia Campos Mello
Afra Balazina
Herton Escobar

Faltando um mês para as eleições, mesmo com o País sufocado pelas queimadas – só em agosto foram 27 mil focos de incêndio, número muito superior aos 1.493 fiscais e 1.300 brigadistas do Ibama que deveriam combatê-los – a sustentabilidade ainda é tratada como tema secundário pelos principais candidatos à Presidência. Para especialistas, ela deveria estar no centro da nossa estratégia de desenvolvimento. “Ambiente é a única área na qual somos potência, já que não somos potência nuclear nem militar”, diz o diplomata Rubens Ricupero, ex-ministro da Fazenda. Maior economia tropical, dono de reservas de água doce e biodiversidade que nenhum país tem, o Brasil desfruta de posição privilegiada para ser a primeira nação a conciliar crescimento econômico e conservação, num cenário em que catástrofes climáticas causam preocupação mundial. Ricupero

acha que deveríamos usar essas vantagens comparativas para exercer nosso “soft power”, termo popularizado pelo professor de Harvard Joseph Nye para definir o poder de influenciar sem recorrer à força bruta. “Nenhum acordo ambiental decisivo pode ser alcançado sem nós. Deveríamos usar isso na diplomacia, em vez de escolher temas duvidosos, como a parceria com o Irã.” Enquanto outros países enfrentam o caríssimo desafio de substituir o uso de combustíveis fósseis pelas energias renováveis, o Brasil já tem de saída uma matriz energética essencialmente limpa. Cerca de 90% da eletricidade gerada no País é renovável, extraída da força das águas e da queima de matéria orgânica. Quando se consideram também energias combustíveis para uso veicular e industrial (como gasolina e diesel), esse porcentual “verde” cai para 48% – ainda assim, muito acima da média mundial, graças ao uso crescente do etanol em veículos flex. Essa posição privilegiada embute o risco de o Brasil se acomodar, alerta Roberto Schaeffer, especialista em planejamento energético do Instituto de Pós-Graduação e

EMISSIONES DE GASES-ESTUFA **



AMAZÔNIA, O ATIVO NÚMERO 1

Ela guarda o equivalente em CO₂ a dez anos de emissões globais; num cálculo hipotético, vale duas vezes mais em pé do que devastada

Herton Escobar

O maior desafio do Brasil para reduzir suas emissões de gás carbônico pode ser resumido em uma única frente, a da redução do desmatamento. Em todos os biomas, mas principalmente naquele que é, talvez, o ativo ambiental número 1 do mundo, a Amazônia. Hoje, a floresta é derrubada principalmente para dar lugar à produção de carne e grãos. Um péssimo negócio para o País, na avaliação do diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Moutinho. Numa conta aproximada feita por ele e outros pesquisadores, a substituição da floresta inteira por pastagens e plantações de soja valeria cerca de US\$ 250 bilhões. Conservada, levando em conta só o valor do carbono estocado em suas plantas, ela vale pelo menos o dobro: US\$ 500 bilhões. A devastação da floresta é a atividade que mais pesa nas emissões nacionais de gases do efeito estufa (57%), com a agravante de contribuir muito pouco para o crescimento do País. “É o nosso calcanhar de Aquiles”, diz o pesquisador Roberto Schaeffer, do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de

Janeiro. Um problema de proporções gigantescas, mas cuja solução embute oportunidades igualmente grandes: as de salvar a floresta, reduzir o meu culpa brasileiro na questão do aquecimento global e, ao mesmo tempo, transformar seus recursos naturais numa alavanca inédita de desenvolvimento econômico sustentável de baixo carbono. Resta saber se o País vai optar por esse caminho inovador, ou se acomodar numa trajetória padronizada de desenvolvimento. “O governo precisa acordar para o fato de que, num mundo aquecido, quem sair na frente com essa economia vai ter uma vantagem competitiva muito grande”, diz Moutinho. Houve avanços na tarefa básica, de conter o desmatamento. O tamanho da área de floresta derrubada anualmente na Amazônia encolheu mais de 70% nos últimos cinco anos, de 27.772 quilômetros quadrados em 2004 para 7.464 km², em 2009. E dados preliminares apontam para uma forte tendência de queda também em 2010, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Falta o passo mais difícil, dar aproveitamento econômico sustentável às florestas que ficaram de pé. “As forças de ocupação da floresta estão repesadas, mas não sumiram”, diz o diretor do Inpe, Gilberto Câmara. “O dilema agora é equacionar a questão eco-

nômica, para relaxar medidas restritivas sem que as atividades ilegais sejam retomadas.” Para isso, é preciso criar alternativas econômicas para comunidades da região, que sempre dependeram do desmate para sobreviver. “A floresta precisa ter valor em pé”, diz Moutinho, ressaltando que isso não significa colocá-la numa redoma. “Há muitos recursos florestais e serviços ambientais que podem ser explorados de forma sustentável.” Em tempos de mudança climática, o recurso mais visado no mercado global de sustentabilidade é o carbono, que as plantas absorvem da atmosfera e estocam em seus tecidos, via fotossíntese. Só a Amazônia guarda o equivalente em CO₂ a dez anos de emissões globais por queima de combustíveis fósseis. Sem contar o Cerrado, que também estoca grandes quantidades de carbono. O principal mecanismo proposto para valorizar esses estoques, o Redd, sigla para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, prevê o pagamento pela preservação de florestas e do carbono contido nelas. “O dinheiro que vier do Redd tem de ser usado para estimular atividades produtivas que gerem renda, não só para criar reservas”, diz Câmara. “Caso contrário, não vai funcionar.” As regras do mecanismo estão sendo negociadas na Convenção do Clima da ONU.